





**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
CONSOLIDADAS  
BALANÇO FINANCEIRO**

**INFORMAÇÕES GERAIS:**

<b>Nome da Entidade:</b> Fundo de Previdência Social do Município de Inajá
<b>CNPJ:</b> 07.737.237/0001-07
<b>Principais Atividades da Entidade:</b> 84-30-2-00 - Seguridade Social Obrigatória
<b>Domicílio da Entidade:</b> Rua Cícero Torres, 118, Centro, Inajá -PE
<b>Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade:</b> O Fundo Previdenciário do Município de Flores possui natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 133-3 - <b>Fundo Público da Administração Direta Municipal</b> , sendo sua atividade classificada como: “Seguridade Social Obrigatória”. Sua fonte financeira deriva dos repasses das contribuições do servidor ativo e inativo e das contribuições patronais e repasses financeiros para complementar o pagamento da folha de inativos e pensionistas conforme determinado em legislação específica.
<b>Dados dos Gestores:</b> Darlene Alanes Timóteo de Araújo Início da Gestão 15/01/2017
<b>Dados do Contador:</b> Nome: Maria das Dores Soares Diniz CRC: 11431 PE E-mail: doraconsult@hotmail.com
<b>Declaração de Conformidade com a Legislação e com as normas de Contabilidade Aplicáveis:</b> A entidade pública do Fundo Previdenciário declara que as Demonstrações compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

**RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:**

<b>Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:</b> Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das Internancional Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
<b>Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7ª Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:</b> Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extra orçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
<b>Bases de Mensurações Utilizadas:</b> A elaboração do balanço financeiro por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 35 da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.
<b>Novas normas e políticas contábeis Alteradas:</b> Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Financeiro. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP 16.6.
<b>Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:</b> Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.



## INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<b>Ingressos Orçamentários:</b> Os valores dos ingressos orçamentários do exercício de 2020 decorrentes das receitas orçamentárias totalizaram R\$ 4.436.328,02 sendo provenientes de contribuições R\$ 4.436.232,25 e também R\$ 95,47 da receita de rendimentos de aplicações financeiras.
<b>Transferências Financeiras Recebidas:</b> Os valores das transferências financeiras recebidas no exercício de 2020 totalizaram R\$ 1.673.858,56 de valor repassado a ser devolvido.
<b>Ingressos Extra Orçamentários:</b> Os ingressos extra orçamentários totalizam R\$ 555.167,95 sendo compostos por Consignações (IRRF, INSS, RPPS, ISS, pensão alimentícia, salário família, contribuição sindical e empréstimos consignados) no valor de R\$ 87.182,75 e inscrição de restos a pagar em R\$ 467.985,18.
<b>Saldo Bancário Anterior:</b> O saldo disponível em 31/12/2019 foi de R\$ 20.131,12.
<b>Despesa Orçamentária:</b> A despesa orçamentária no exercício de 2020 foi de R\$ 5.895;858,56.
<b>Transferências Financeiras Concedidas:</b> Não houve transferências concedidas em 2020.
<b>Desembolsos Extra Orçamentários:</b> Os desembolsos extra orçamentários totalizaram R\$ 481.737,60 sendo R\$ 87.182,76 correspondente a consignações (IRRF, , RPPS, ISS, pensão alimentícia, salário família, contribuição sindical e empréstimos consignados) e R\$ 394.554,80 pagamento de restos a pagar.
<b>Saldo Bancário para o Exercício Seguinte:</b> O saldo disponível em 31/12/2020 foi de R\$ 307.889,49.
<b>Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos:</b> Não se aplica a entidade em questão.

## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<b>Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Divulgações não Financeiras:</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
<b>Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro:</b> Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.
<b>Reconhecimento das Retenções:</b> O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.